



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 094/2013.

EM, 27 DE MARÇO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO PARA O ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, em caráter temporário por prazo determinado, até 17 (dezessete) profissionais conforme as áreas e especialidades, jornada de trabalho, remuneração, para atender necessidade de excepcional interesse público da Prefeitura Municipal de Congo, nos termos do Anexo I desta Lei.

§1º. A contratação de que trata esta Lei se dará por regime jurídico administrativo, de acordo com as regras aqui estabelecidas.

§2º. A presente contratação será pelo prazo de até 1 (um) ano, com possibilidade de prorrogação por sucessivo e igual período, podendo, entretanto, ser interrompida a qualquer tempo por interesse do Município pelo cessamento da situação excepcional que a autorizou.

§3º. Eventuais horas extras somente serão pagas se previamente autorizadas pelo Dirigente da Secretária daquele profissional que esteja lotado, mediante justificativa com a apresentação da situação excepcional que gerou a necessidade, a ser firmada pela Diretoria responsável aconselhando a concessão, respeitado o seguinte:

a) máximo 4 (quatro) horas extras por semana;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO
Gabinete do Prefeito

b) as horas extras serão pagas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal;

c) horas extraordinárias realizadas em desacordo com o estabelecido no presente parágrafo não serão pagas, ficando sob a responsabilidade do trabalhador.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, para os fins do disposto nesta Lei, a continuidade ininterrupta dos atendimentos médicos e educacionais nos diversos estabelecimentos e setores, tanto da Secretária Municipal de Saúde, bem como da Secretária Municipal de Educação, garantindo-se assim, o acesso ao direito fundamental à vida, a educação e à saúde, cujo atendimento é dever constitucional do Estado.

Art. 3º A contratação prevista no art. 1º desta Lei efetuar-se-á através de processo seletivo público, considerando-se:

I - período de inscrições de 07 (sete) dias, mediante a apresentação dos documentos constantes do Edital próprio de Seleção;

II - critérios de avaliação:

- a) pontuação de títulos;
- b) análise de currículo e;
- c) entrevista.

§ 1º. Ao final da seleção, na ocorrência de empate entre os candidatos será critério de desempate o candidato maior de idade.

§ 2º. O edital de processo seletivo público para preenchimento das vagas de que trata esta Lei deverá ser publicado, no mínimo, na Imprensa Oficial do Município e em jornal de grande circulação na cidade.

Art. 4º Para fins de viabilização da seleção e classificação dos candidatos será constituída comissão, por ato do Prefeito Municipal, acompanhada pela Assessoria Jurídica, composta de:

I –1 (um) representante tanto da Secretaria Municipal de Saúde, como da Secretaria Municipal de Educação;

II –1 (um) representante da Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 5º As condições e as exigências para a contratação, bem como as atribuições e competências para os cargos, constarão no Edital do Processo Seletivo Público.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO
Gabinete do Prefeito

Parágrafo Único - A efetivação da contratação dar-se-á mediante decreto de nomeação por ato do Prefeito Municipal.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei, nos termos do inciso I, do art. 169, da Constituição Federal, serão atendidas por dotação orçamentária própria da Prefeitura Municipal de Congo, estando o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações legais necessárias ao adimplemento desta.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congo, 27 de Março de 2013.


ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO
Gabinete do Prefeito

ANEXO I – QUADRO DE CARGOS A SER PREENCHIDOS A PARTIR DO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – 2013.

CARGOS	VAGAS	REQUISITOS MÍNIMOS	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO (R\$)
Fonoaudiólogo	01	Curso Superior em Fonoaudiologia e registro no Respeetivo Conselho de Classe.	20 (vinte) horas semanais.	1.000,00
Dentista	01	Curso Superior em Odontologia e registro no Respeetivo Conselho de Classe.	40 (quarenta) horas semanais.	3.000,00
Médico	02	Curso Superior em Medicina e registro no Respeetivo Conselho de Classe.	40 (quarenta) horas semanais	10.000,00
Técnico de Laboratório	01	Curso Técnico completo, com registro no CRF.	20 (vinte) horas semanais	700,00
Agente Comunitário de Saúde	02	Ensino Médio Completo e Habilitação na Área de Saúde.*	40 (quarenta) horas semanais.	678,00
Professor Fundamental I	03	Curso Superior em Pedagogia.	20 (vinte) horas em sala de aula + 5 (cinco) horas de Planejamento Pedagógico.	1.014,00
Professor Fundamental I "Laginha"	01	Curso Superior em Pedagogia.	20 (vinte) horas em sala de aula + 5 (cinco) horas de Planejamento Pedagógico.	1.014,00
Monitor de Creche	06	Ensino Médio Completo.	25 (vinte) horas em sala de aula + 5 (cinco) horas de Planejamento Pedagógico.	678,00

*São ofertadas 2 (duas) vagas para o provimento de Cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS, sendo 1 (uma) vaga para “Área 1” – “Microrregião 3” compreendendo as localidades de Barra do Rio de Cima, Santa Rita de Babo, Santa Rita de Cima, Riacho do Mel, Concelção e Caxingó e outra vaga para “Área 2” – Microrregião 13” compreendendo a localidade da Laginha, Juazeiro, Riacho dos Cavalos, Salgadinho, Ventura e sede (ruas: Ediberto Alves de Sousa e Moises Conegunes de Oliveira...). Conforme Lei Municipal nº 48/2007, em seu inciso I, do §1º do art. 3º, só poderá concorrer a um dos cargos de ACS, aquele candidato que comprove que reside, há pelo menos um ano, na área da comunidade em que pretende atuar, a partir da publicação do Edital deste Processo Seletivo Público.